



A CONSTITUIÇÃO DOS GOVERNOS AUTORITÁRIOS NO BRASIL, NA PERSPECTIVA DE GUILLERMO O'DONNELL E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO¹

Maria Cláudia Machado Barros²

Resumo

Apresento esse artigo como uma releitura comparativa do processo de constituição dos governos autoritários no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970. Focalizarei as perspectivas de Fernando Henrique Cardoso, em "Autoritarismo e democratização (1975)" e Guillermo O'Donnell, em "Contrapontos: autoritarismo e democratização (1986)". Não descarto a comparação de outras obras dos mesmos autores e de autores diferentes para marcar as mudanças de análise sobre o tema em momentos e contextos diferentes, relacionando os desdobramentos e conseqüências reais do autoritarismo militar no Brasil para a consolidação de uma democracia fragilizada e ainda muito distante dos princípios de cidadania. Buscando visualizar novas perspectivas sobre o autoritarismo de Estado brasileiro (que não rompeu definitivamente com seus métodos de repressão e coerção), diferentes perspectivas de análise, reflexos e permanências do "Estado Autoritário" se estabelecem nas relações que grande parte da sociedade legitimou como necessárias a sua manutenção. Também são avaliadas as contribuições de autores que adotaram diferentes referenciais para identificar a construção do modelo brasileiro que ultrapassa o autoritarismo de Estado e que se estabelece e se reproduz nas relações mais nucleares da estrutura social.

Palavras-chave: Autoritarismo. Estado. Democratização

O autoritarismo de Estado é uma relação social de dominação com objetivos claros de ação marcados por articulações necessárias e complementares na manutenção de determinada classe dominante no poder. E isso ocorre até mesmo em sistemas predominantemente democráticos e que reconhecem o direito à cidadania em maior ou menor grau. Essa relação é analisada por O'Donnell que menciona as "mediações políticas" entre estado e instituições e entre estado e sociedade civil. Essas mediações tendem a elaborar um consenso e são determinadas pela nação com garantia de direitos concretos, pela cidadania, por direitos iguais e pelo povo, com condições sociais iguais. (O'DONNELL, 1986, p.18). Ao mesmo tempo em que o autor admite que, essas mediações garantem a legitimidade das instituições estatais ele também coloca o sujeito enquanto membro da sociedade civil submetido ao Estado, mesmo que esse também o represente. O

¹ Trabalho de Conclusão apresentado à Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) como requisito para a obtenção do título de Pós-Graduação em História Contemporânea no segundo semestre/2009. Orientadora: Dra. Vera Lucia Maciel Barroso.

² Email: mariaclaudiabarros@yahoo.com.br.

autoritarismo passa a ser marcado pelo equilíbrio ou desequilíbrio dessas relações que em maior grau define a ausência dessas mediações. “Essa tensão entre a sua realidade profunda de resguardo e organização da dominação, por um lado, e como agente de um interesse geral parcializado e cortado, mas não ilusório, por outro, é própria de qualquer Estado. (O’DONNELLI, 1986, p.19)”.

No caso específico do Estado Burocrático Autoritário³ em suas relações se verifica a falta dessas mediações políticas entre Estados e instituições, mas utilizando uma apresentação que atende o interesse geral. Como o Estado Burocrático Autoritário se coloca como agente principal garantidor do interesse geral, as relações mediadoras das diversas representações da sociedade civil perdem suas funções, ficando impossibilitado de construir identidades coletivas. A base do consenso é a despolitização.

As relações autoritárias estão presentes em qualquer tipo de estado que representa uma coletividade e exige a coerção para garantir a representatividade da maioria. Para esclarecer o grau de autoritarismo que caracteriza o Estado Burocrático autoritário O’Donnell relaciona oito características principais que o demarcam e admite diferenças específicas em cada caso. Na maioria dos casos esse tipo de Estado tem como base social a burguesia. Nele predominam a coação e a normalização da economia, sistema de exclusão política, a liquidação das instituições democráticas, exclusão econômica do setor popular, a internacionalização da economia, a despolitização das questões sociais e o fechamento dos canais de acesso ao governo. (O’DONNELL, 1986, p. 21 e 22). Essas características marcam o autoritarismo institucionalizado que surge e se organiza a partir de suas prioridades. As Forças Armadas assumem destaque no papel da coação para imposição da ordem e técnicos civis para a normalização e a racionalidade econômica, levando a grande burguesia como base de apoio social. (O’DONNELL, 1986, p. 27)

Caracterizando o tipo de autoritarismo implantado no Brasil pelos regimes militares após o Golpe de Estado de 1964, torna-se evidente a radicalização das ações do Estado ultrapassando qualquer garantia mínima de direitos humanos através manipulação que disfarçava a prática de crimes que marcaram uma grande lacuna no processo de construção da cidadania, percebido claramente nos problemas de representatividade hoje estabelecidos. Conforme o conceito clássico moderno o autoritarismo teria uma definição relacionada à tipologia dos sistemas políticos, conforme o Dicionário de Política de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Segundo os autores:

São chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas

³ Conforme O’Donnell é aquele tipo específico de estado autoritário que tende a “suprimir de duas mediações fundamentais, a cidadania e o popular.” (O’DONNELL, 1986, p. 22).

mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. (BOBBIO, 2007, p. 94).

Mesmo nesse conceito clássico e de grande utilização e abrangência, o caso brasileiro se “encaixa” com muita dificuldade, pois o consenso geral era inexistente, até mesmo entre os setores que entraram em grande ascensão econômica após a implantação desses regimes. As instituições representativas não foram colocadas de “forma secundária”. Elas foram aniquiladas ou transformadas como organizações de fachada que se mantinham por intensa fiscalização governamental. A Doutrina de Segurança Nacional representava uma ideologia de cúpula, sempre próxima pela imposição, e muito distante do ideal de construção da nacionalidade a partir da diversidade, consenso e representatividade.

Conforme as interpretações de Fernando Henrique Cardoso os:

[...] regimes autoritários que caracterizam a fase atual do desenvolvimento-dependente (e com ele guardam ao menos afinidades eletivas...) não são mobilizadores, não organizam partidos e limitam as tendências existentes para transformar em doutrinas abertamente totalitárias as bases ideológicas sobre as que se assentam. (CARDOSO, 1975, p. 39).

Utilizando uma grande variedade de expressões⁴ Fernando H. Cardoso menciona o estadismo anti-democrático, regimes burocráticos repressivos e regimes autoritário-burocráticos; mas salienta que a burocracia não explica tudo, pois da mesma forma ela se expande no setor privado com grande valorização de técnicos no processo de decisão e influência no processo político. Esse novo grupo denominado “burguesia de Estado” passa a ser questionado pelo autor sobre a capacidade de sua expansão nas esferas de influência e no tipo de base social ao qual se sustenta do eixo civil-militar. (CARDOSO, 1975, p.40 e 41).

Guillermo O'Donnell apresenta uma proposta de ampliação do conceito a partir da incorporação dos efeitos e ações diretas da sociedade que definiram as mudanças e permanências do próprio regime autoritário. O autor inclui o regime autoritário brasileiro pós 1964 em um tipo específico de Estado⁵ que apresenta características comuns com outros países da América Latina. O termo Estado Burocrático Autoritário surge como uma crítica à teoria da modernização⁶ oferecendo uma contribuição importante na caracterização e sistematização de regimes políticos militares de enfoque tecnocrático e burocrático, como um apelo a reorganização e ao crescimento nacional.

O grupo que assume o poder a partir do golpe militar brasileiro não representa diretamente a burguesia, apesar de ter essa classe como base social. Essa base está

⁴ Essas expressões são definidas pelo autor basicamente como: “regimes essencialmente desmobilizadores, que utilizam técnico-burocraticamente os recursos políticos do estado”, diferente da ideologia fascista. “[...] se firma num contexto de ‘políticas de cúpulas’, portanto é basicamente elitista, [...]”. (Cardoso, 1975, p. 19).

⁵ Para O'Donnell estado é “uma relação de domínio que articula desigualmente a sociedade civil, resguardando e organizando a dominação nela exercida.” (O'Donnell, 1986, p. 17).

⁶ Essa teoria da modernização associa democracia como condição básica para o desenvolvimento industrial, passando a ser questionada com a industrialização crescente dos países periféricos em regimes antidemocráticos.

alicerçada na proposta clara de excluir o setor popular das decisões econômicas, minimizando também a participação política. (O'DONNELL, 1986, p. 21). Identificar a representação do Estado burocrático autoritário a partir de uma nova camada social; "a burguesia de Estado" também é uma análise que corre o risco de se concentrar somente no campo ideológico (CARDOSO, 1975, p.42).

Fernando H. Cardoso, na década anterior, apontava os criadores do golpe militar a partir da aliança entre empresariado e classe média, que ele chama de setores modernos, "[...] apoiando-se em boa medida nos setores 'tradicionais' da classe média, organizados na Igreja e nos partidos, bem como nos setores que a literatura chamava de 'agrolatifundistas'. Estes grupos foram, entretanto, alijados progressivamente das posições de poder dentro do estado, em benefício dos já referidos grupos 'modernos'." O autor supera a visão do reconhecimento estrutural de classe, mesmo que o Estado garanta a continuidade do sistema capitalista beneficiando o empresariado. Diferentes grupos passam a ser identificados a partir de objetivos próprios na relação com governos autoritários. (CARDOSO, 1975, p. 178 e 179).

O que os governos militares demonstram de fato é a incapacidade de garantir a sua continuidade sem atender de forma prioritária os interesses externos de inclusão da economia brasileira no modelo capitalista, vinculando os investimentos internos diretamente aos investimentos de multinacionais, viabilizando seus projetos expansionistas aqui no território nacional. Assim, em longo prazo, o projeto de uma economia autônoma, com mudanças de base direcionadas a uma melhor redistribuição na renda nacional, através da reforma agrária, educacional, fiscal e tributária e administrativa; conforme partidos de esquerda e setores de representação popular, foi abandonado como linha prioritária de ação.

Tanto O'Donnell como Fernando H. Cardoso enfatizam a formação de alianças que garantiram a tomada de poder pelos militares através dos golpes que ocorreram na América Latina. Não se trata então de uma organização isolada com projetos e objetivos próprios e que desconsiderava os demais interesses da burguesia nacional e internacional. As forças armadas se apropriam da representação de um projeto que alcança os interesses de classes burguesas, que se sentiam ameaçadas pelos governos que se conduziam dependendo do apoio das massas populares. O'Donnell salienta a situação de crise que se instaura diante do aumento de participação política das massas, da "ameaça do comunismo" e da crise econômica interna.

A relação que O'Donnell faz com os outros países da América Latina esclarece como golpes militares posteriores ao golpe de 1964 no Brasil mantinham o mesmo caráter de "salvar o capitalismo", garantir muito mais o modelo de capitalismo dependente e associado do que salvar a própria sociedade. Na prática, o golpe militar no Brasil representou uma

transferência do poder político para os militares, que já tinham uma doutrina voltada para a segurança nacional pronta e que justificava o golpe. Muitas justificativas utópicas da Guerra Fria em fase de contestação no contexto internacional voltam e se encaixam na realidade interna de uma sociedade com fortes traços tradicionais e nos valores religiosos. A burguesia então, abre mão do pouco espaço de decisão política que mantinha, apoiando os governos militares, e em troca acreditava na recuperação gradual de seus investimentos e na manutenção do modelo capitalista.

Fernando H. Cardoso caracteriza essa nova forma de Estado autoritário a partir de uma aliança mais representativa em relação aos militares e as classes médias ligadas aos setores profissionais de orientação tecnocrática⁷. As burguesias locais se associaram definindo uma posição subordinada com os interesses internacionais e o Estado integra em sua formação importantes setores das classes médias. Esclarece também que a: “Aliança entre classes ou frações de classes não significa eliminação dos interesses contraditórios que elas eventualmente possuam, mas sim, subordinação destas contradições a outras mais significativas. (CARDOSO, 1975, p. 128)”.

A grande dificuldade em analisar a situação econômica nesse processo de transição está na dualidade e contradição de um crescimento econômico real com aumento do fator de dependência no contexto capitalista e empobrecimento de grande parte da população que não era favorecida pelos investimentos estrangeiros. Relacionando com o contexto político, os governos militares não estavam vinculados às classes populares e a melhoria de sua qualidade de vida, mesmo que seu discurso apresentasse de forma prioritária a reorganização da sociedade e o crescimento econômico. Diante de um golpe, o grupo dirigente apresenta o seu apoio em algum grupo que busca vantagens diante das mudanças. No caso brasileiro o grupo de apoio às forças armadas foi à burguesia que, como antes foi colocado, abriu mão do espaço político para garantir a continuidade do capitalismo, mantendo seus investimentos. Na medida em que os governos militares recebem grande apoio também dos Estados Unidos, que financiou a recuperação econômica do país, parte dessa burguesia passa a questionar o tipo de desenvolvimento a partir da entrada das empresas norte-americanas no país. Mas, os empresários nacionais não abandonam o apoio ao golpe, pois o controle das massas populares e o congelamento dos salários garantem a manutenção dos lucros e a sobrevivência das grandes empresas. A classe média se beneficia com o aumento dos postos de trabalho das empresas estrangeiras e dos empregos gerados com a reformulação do estado. O grupo dirigente das forças armadas é o resultado de um projeto militar de garantia da ordem e da soberania

⁷ Essa orientação se refere a “(...) racionalidade formal da adequação entre meios e fins, a técnica, justifica seus pontos de vista ‘acima de interesses particularistas’. Orientação pensada à nível de nação, não de classe. (CARDOSO, 1975, p. 183).

nacional anti-socialista que já mantinha seus vínculos de apoio com a burguesia nacional e internacional muito antes do golpe através da Escola Superior de Guerra. Nessa perspectiva Fernando H. Cardoso apresenta essa idéia identificando: “[...] a formação de uma camada social que controla politicamente os aparatos estatizados de produção, apesar de não deter a propriedade privada dos meios de produção (CARDOSO, 1975, p.41)”.

Essa nova classe dirigente representada pelas forças armadas, organiza uma nova linha de poder atuando contra interesses setoriais. Baseia-se na racionalidade técnica que se projeta para o “bem estar geral”, dando os motivos e as bases para a formação da Doutrina de Segurança Nacional que se formava a partir da Escola Superior de Guerra.

Desenvolvendo uma visão globalizante e organicista da sociedade – para superar os divisionismos – a ESG procurava soluções para a crise brasileira antes do próprio golpe, treinando oficiais e buscando aliados na sociedade civil (sobretudo empresários) dispostos a comungar de sua doutrina. (...) (MENDONÇA, 2006, p. 37).

Em sua origem, a Escola Superior de Guerra se forma na ideologia da Guerra Fria como medida preventiva contra os movimentos revolucionários socialistas na América Latina. Essa escola apresenta objetivos claros, conforme O'Donnell: “[...] coloca-se dentro de um campo de idéias, onde já está implícita a imagem de um inimigo e do mortal combate contra ele, que é o que dá sentido às práticas e idéias de todas as Forças Armadas. [...] (O'DONNELL, 1986, p. 54)”.

A dificuldade de imposição e organização de diretrizes econômicas locais⁸ está relacionada à rápida inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial. Isso porque à medida que aumenta os investimentos de capitais externos, os limites entre uma burguesia nacional e internacional tende a ser cada vez menores. Investimentos do estado tendem a ser organizados para oferecer estrutura urbana às grandes empresas multinacionais. Essas assumem uma concepção de modernização, onde a origem não está relacionada com o trabalho e com a riqueza nacional, mas sim de uma importação, de um investimento externo inicial como propulsor do progresso transportado. Assim não há a necessidade, como prioridade, de investimento interno nos setores de tecnologia e educação e os investimentos do Estado ficam concentrados nas grandes cidades, aumentando a dicotomia dos “dois brasis”; um rural, pobre, isolado e atrasado e um urbano, como ideal de progresso e emprego; mas desigual e excludente.

De forma geral e já como consenso, o sistema capitalista produz os excluídos, pois necessita das massas de reserva para aumentar seu poder de barganha diante do valor real de salários. Porém os efeitos dessa lógica são bem diferentes entre os países centrais e os países periféricos. Nos países centrais a lógica da exclusão atinge uma escala muito mais

⁸ Essas diretrizes econômicas são as consolidações de projetos voltados a uma economia capaz de priorizar a acumulação interna, com investimentos humanos e materiais voltados ao mercado local.

distante do desemprego e da miséria, passando antes pela hierarquia de postos de trabalho, pela recolocação de empregados em filiais fora do próprio país e não esquecendo que essas pessoas estão amparadas por um estado bem mais estruturado no atendimento dos benefícios sociais. Nos países periféricos o impacto na reprodução das desigualdades é, e sempre foi muito maior. Reconhecendo as diferenças entre os países da América Latina a partir da formação histórica da classe trabalhadora (escravista, no Brasil, base indígena-camponesa, no Peru etc.) Fernando H. Cardoso está preocupado em formular sua crítica na adequação à base estrutural marxista em atribuir o “papel histórico” da classe operária a essas massas marginais. Coloca que a evolução dessas relações vai depender do processo histórico da constituição de classe e do relacionamento com outras classes, independente da origem. (CARDOSO, 1975, p.123 e 124). Os desdobramentos históricos referentes à formação da classe operária latino-americana não apontaram saídas diferentes da busca de representatividade via partidária, da formação de núcleos de participação através das cooperativas, sindicatos e agremiações, da luta pelo direito a terra e a educação como princípio básico de inclusão social e qualidade de vida. A perspectiva marxista responde, de forma mais coerente, na busca de uma interpretação das ações políticas comuns e principalmente nas alternativas e propostas que passam a ser discutidas na sociedade para a superação desses problemas centrais. As diferentes realidades entre os países devem ser respeitadas, e não se trata de: “Esperar deles o mesmo tipo de relacionamento político só porque em geral se ligam à produção como trabalhadores [...]” (CARDOSO, 1975, p. 124). Defendemos que de maneira geral os historiadores se utilizam da perspectiva marxista para trazer as influências e reações de classes para a análise estrutural do sistema capitalista, mantendo a compreensão da dialética do sistema. Não para padronizar ou prever o futuro dessas sociedades periféricas. Ao contrário, em vez de reduzir para “análises abstratas”, a tentativa marxista é manter o próprio “rigor” da abordagem formalista que busca a “articulação entre várias relações parciais num todo hierarquizado e na construção dos conceitos capazes de exprimir este processo,” como cita Fernando H. Cardoso.

Assim as ações diretas dos governos militares organizaram em primeiro lugar um ataque ideológico, polarizando a sociedade em dois blocos distintos: o primeiro, os aliados ao golpe, prontos para formar uma nova máquina administrativa capaz de reformular as ações do estado baseadas na hierarquia, na racionalidade e na técnica. Ultrapassando uma necessidade de representatividade, a prioridade passa a ser o restabelecimento de uma ordem, que supostamente estava rompida, diante do apoio e ação popular a projetos e partidos direcionados a mudanças de base. Os inimigos, o segundo bloco, eram os grupos vinculados às idéias revolucionárias e que representavam à negação da manutenção de uma sociedade democrática e autônoma, visto a ligação com o comunismo, submetidos às influências externas.

Indicam levantamentos feitos que cerca de 50.000 pessoas terão sido presas em todo o país nos primeiros meses após a tomada do poder.”(ALVES, 1985, p. 59). Através da operação limpeza quarenta membros do Congresso Nacional perderam seus mandatos, 1200 militares foram expurgados. “Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes. (ALVES, 1985, p. 66).

Os grupos contrários ao golpe acabaram por ser desarticulados, mesmo antes de uma possível reação mais organizada. A estratégia dos militares foi uma ação rápida e extensiva mapeando antecipadamente os núcleos concentrados principalmente nos políticos ligados a João Goulart e ao PTB.

A grande contradição é que os pontos de ataque dos novos grupos que assumem o Estado estão relacionados à eliminação dos processos democráticos e a autonomia nos processos de decisão. Como uma necessidade urgente e momentânea, os novos grupos foram se estruturando na burocracia administrativa eliminando antigos vínculos partidários e ideologias contrárias ao golpe. Esses grupos de oposição, descontentes com a economia, ou conscientes da exclusão política diante do golpe que transforma as instituições fundamentais de representação, são identificados por O'Donnell a partir dos “interesses setoriais” e que estão dispostos em posição secundária frente ao interesse geral, conforme a ideologia dos governos militares. (O'DONNELL, 1986, p.60). Acrescentando a colocação do autor, os governos militares não reconhecem uma oposição dentro da máquina estatal. Essa, quando existe é rapidamente excluída do processo, a oposição ao governo é considerada externa à lógica de funcionamento da própria sociedade que deve ser protegida e restaurada. O papel fundamental dos tecnocratas é manter uma administração focada nas metas econômicas, mantendo uma unidade diante do inimigo comum que tende a fracionar a sociedade. As divergências ideológicas, partidárias que tendem a contestar internamente a organização administrativa são enquadradas como inimigo comum ou “interesses setoriais”, conforme O'Donnell. Uma grande aliança entre militares e tecnocratas externa uma unidade administrativa que adquire muito mais uma imagem de eficiência do que o cumprimento de metas propriamente estabelecidas. O sucesso parcial dessas metas está relacionado à entrada de investimentos externos, controle dos gastos públicos e controle de salários. O fim das manifestações públicas dos grandes comícios e a contenção das manifestações populares apresenta uma falsa aparência de estabilidade e equilíbrio social. Essa situação acaba por conquistar apoio dos setores mais conservadores da sociedade.

A imagem de imparcialidade divulgada pela administração da máquina pública, após o golpe militar, não corresponde à realidade política. Com a fragmentação ideológica entre os opositores do regime, a ação direta se voltou a grupos específicos. Na prática, importantes e influentes grupos locais foram beneficiados com o golpe e outros colocados de fora da vida política. Denúncias superficiais, sem a necessidade de comprovação foram freqüentes e

feitas por opositores políticos que afastaram muitos adversários, não só de seus cargos, mais também do país. O sistema bipartidário favoreceu o regime no controle da oposição, através do Ato Institucional nº. 2, em outubro de 1965:

[...]. Os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que bem ou mal exprimiam diferentes correntes da opinião pública.

[...] A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinham pertencido à UDN e em número quase igual ao PSD; o MDB foi formado por figuras do PTB, vindo a seguir o PSD. (FAUSTO, 2006. pag. 262).

Com o bipartidarismo, muitos políticos filiados a ARENA, se tornaram os delatores de opositores políticos. Rotulados pelas “ações subversivas” eram afastados abrindo espaço para candidatos que dificilmente permaneceriam no poder em um processo democrático:

A abolição dos partidos políticos defrontou a oposição com um desafio que não só absorveu a maior parte de suas energias como fragmentou a frouxa coalizão organizada para as eleições de 1965. O debate interno consumia a oposição, na busca de táticas alternativas. (ALVES, 1985, p. 96).

Diminuem consideravelmente os canais de acesso ao governo, reduzindo cada vez mais a distância entre os partidos políticos e os representantes da máquina pública. Os principais órgãos que garantiam essa grande rede de informações foram: Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Serviço Nacional de Informações (SNI) com a coordenação ideológica de corporações multinacionais da Escola Superior de Guerra (ESG). Esses órgãos agiam de forma relacionada e integrada, apesar de suas ações serem locais, organizavam-se a partir de uma forte hierarquia que mantinha um grande fluxo de informações através de uma única linha de ação, coerção e repressão.

O sistema partidário não é só um canal de organização e expressão política. Também é principalmente um sistema que mapeia as diversas correntes ideológicas e propostas diferenciadas de organização social. Mais ou menos influenciados por vertentes revolucionárias, conservadoras, liberais ou socialistas, são antes de tudo canais de expressão, de construção de idéias coletivas sobre o bem comum. Programas e projetos passam a influenciar as ações do estado buscando a legitimidade através do voto. Os partidos resgatam o princípio democrático original da participação, voltados à conquista da cidadania. E os conflitos existentes a partir desse processo fazem parte da construção democrática, onde determinados grupos que por um longo tempo mantiveram sua hegemonia, passam a ceder espaços para novas propostas voltadas a uma sociedade que altera sua economia, seus valores e suas necessidades. As eleições passam a ser o termômetro dos anseios e das expectativas populares diante de seus representantes. Sem esse exercício, a sociedade perde seu canal mais direto de expressão e a relação de

violência e legitimidade passa a ser inversamente proporcional. Na medida em que se fecham os canais de representação e participação política, mais se prolifera os canais de repressão e controle das ações individuais e coletivas.

Legitimidade não se relaciona somente com a capacidade dos governos de alcançarem as reivindicações das classes populares, mas principalmente na forma como esses chegaram a uma situação de representatividade e principalmente o modo como exercem essa representatividade envolvendo o conjunto dos diferentes setores cooptados. “A legitimação [...] desempenha um importante papel não só na estabilidade de sistemas sociais de todos os tipos, mas, acima de tudo, na perpetuação da desigualdade e da opressão social.” (JOHNSON, 1997, p.135).

O que tentamos colocar como necessário para a compreensão e caracterização de um governo legítimo é que essa legitimidade vai além da capacidade de manutenção no poder através de um conjunto de leis que mantém uma situação de consenso. Mas sim na capacidade desses mesmos governos de se manterem no poder sem o uso da força: “[...] transformando obediência em adesão. A crença na Legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado.” (BOBBIO, 2007, 2 vol., p. 675).

A partir dessas colocações percebemos a importância em questionar: Que tipo de democracia se constrói no Brasil? Isso para entender como a repressão não é um fator novo no processo histórico brasileiro. O que realmente muda, no quadro político dos regimes militares autoritários são o tipo e o grau de violência que se associa à repressão.

Na formação das sociedades latino-americanas se constrói uma democracia que não mantém vínculos ideológicos com a liberdade, muito menos uma liberdade individual (que na Europa foi crescente na ação do capitalismo burguês contra a ideologia monarquista). A própria teoria democrática de Estado apresenta em seu discurso um princípio autoritário no momento em que vincula o voto ao compromisso e não a representação. O princípio do voto foi se estabelecendo, no discurso da classe dominante, como uma concessão de Estado, do que um direito adquirido para as classes populares. As burguesias liberais não assumem uma representação política da sociedade civil. Quando isso ocorre, necessitam da intermediação das forças armadas; contraditoriamente resgatando a ideia do Estado protetor. (CARDOSO, 1975, p.177). Assim, o papel do Estado está em garantir a dominação do empresariado sobre as outras classes, inclusive a dominação econômica, com distorções marcantes na distribuição de renda e marcando uma estrutura com poucas possibilidades de mudança, mesmo com políticas públicas voltadas às classes menos favorecidas.

Na América Latina os Estados autoritários investidos através de golpes, marcaram um rompimento com as forças populares e com as formas de representação político-partidárias. Todas as classes sociais sofrem as consequências dessa ruptura política, institucional e

administrativa. Porém a repressão mais violenta se concentra nos grupos mais radicais e menos favorecidos economicamente. Essa diferença não pode ser negada e enfatizam-se as próprias colocações de Fernando H. Cardoso quando inclui fatores econômicos como determinantes no processo de exclusão, ficando esses grupos desfavorecidos mais sujeitos à repressão. E esse fator também é lembrado por O'Donnell quando cita a perpetuação dessas condições, mesmo em períodos menos autoritários, exemplificando a violência policial nas favelas e bairros pobres do Brasil. (O'DONNELL, 1975, p.135).

Repressão, nas suas mais diversas formas e graus, é por si só um ato que rompe com a lógica social na formação de um ideal construído e compartilhado pela coletividade. Quanto mais repressivo um momento histórico se apresenta, maior a lacuna e o vazio que se estabelece nas relações e instituições. É como se as idéias e os projetos se misturassem formando uma ideologia única, capaz de convencer a todos. Como se as alternativas possíveis para a solução dos problemas passam a ser externas ao indivíduo, e esse, perde a comunicação com o outro; não existe mais identificação, troca de experiências e canais de expressão. A sociedade já não é mais social, é espaço onde cada indivíduo passa a construir seu próprio caminho. Sem perspectivas humanitárias, deve buscar seus próprios impulsos para trabalhar e conviver, com um grau cada vez menor de dependência e relações.

Ao apresentar suas armas, a sociedade civil também apresenta outras possibilidades de organização social, se torna também responsável pela sociedade que representa e tenta modificar; mas não é responsável pela violência imposta diante do autoritarismo. A reação de oposição é legítima, mesmo que muitas vezes não seja legal. Contrapõe-se a um governo que se baseia na legalidade, desconsiderando a legitimidade.

O processo de abertura política não foi linear, "ciclos de repressão", atuaram de forma diferenciada diante das ações e resistências. Marcadas por instituições e partidos, grupos de luta armada que se organizaram a partir de um grupo de oposição ao exército e pela radicalização do movimento estudantil. Eram trabalhadores que, independente de partidos, lutavam por garantia de empregos, salários e melhores condições de vida, por grupos de artistas que se espalhavam entre as diferentes ideologias partidárias, mas se expressavam diante do mesmo ideal de liberdade e não violência. Famílias abandonaram o silêncio e passaram a denunciar os filhos e parentes torturados, mortos e desaparecidos. Nesse sentido acredita-se, sim, ter havido uma ruptura, sem exigir ou depender de um vínculo direto com as instituições. Se essa ruptura foi consequência da flexibilização "projetada pelos governos militares" (plano mestre) ou se foi um dos fatores que exigiram a sua implantação é mais uma questão de referencial, que não deve ser analisada de forma

linear⁹. As mudanças que ocorreram na capacidade das pessoas expõem seus pensamentos, marcando o descontentamento com o sistema político autoritário, são forças presentes em todo processo militar autoritário brasileiro, comprovado pelo forte aparato repressivo que se impõe sobre a sociedade. A ruptura que aqui é referida está relacionada à capacidade das pessoas estabelecerem, conforme O'Donnell, a voz horizontal¹⁰, através da formação de uma opinião comum e parcialmente coletiva de oposição ao regime. E essa identificação entre pessoas de diferentes ideologias, partidos, classes sociais e até mesmo diferentes graus de comprometimento e vínculos com o governo, é que definem uma alteração nas linhas de ação nos aparatos repressivos, dentro do próprio governo. E na medida em que o governo percebe a necessidade em abrir espaços de participação política, e esses canais de debate passam a fazer parte de um número cada vez maior de pessoas, a coletividade alcança um grau cada vez maior na capacidade de identificar os fatores de não representatividade. Mesmo aquelas famílias mais tradicionais e que se sentiam beneficiadas economicamente com o advento dos governos militares, passam a questionar o grau de violência e medo por eles disseminado. A igreja, a escola, a universidade, a comunidade, são canais que passam a construir opiniões, que aos poucos são coletivas e que gradativamente são colocadas por outros grupos que se identificam com organizações sindicais, que influenciam nos projetos partidários e que acabam transformando efetivamente uma realidade.

O grau de autoritarismo imposto condiciona sim valores e ideias, mas também define o tipo de reação dos grupos que não compartilham desses mesmos valores e ideias e se colocam como oposição. Uma situação autoritária é marcada muito mais pelo bloqueio dos canais de expressão de opiniões contrárias ao sistema vigente, do que pela ausência desses. Mobilização de tropas, aparelhamento militar, práticas de tortura, sistemas de transferência presidencial, controle da imprensa, perseguição e neutralização das lideranças mais significativas ligadas a movimentos populares e a representantes da política nacional através do exílio, ações através dos Atos Institucionais; permitiram a regulamentação e a adaptação do regime conforme as ações ou reações colocadas contra o próprio regime. E a grande questão como justificadora da continuidade da ditadura militar, seria na dúvida sobre a capacidade e preparação popular em votar e garantir ao mesmo tempo a democracia, a manutenção da ordem e a unidade nacional. Frases como: "O povo não sabe, ou não está

⁹ A ação da sociedade civil e do aparato repressivo dos governos militares foram se moldando de formas diferentes, em diferentes momentos históricos. Ambas as forças antagônicas voltaram suas ações conforme a organização dos grupos de oposição, capazes de redefinir momentos de maior repressão ou abertura política. É muito mais espiral que linear. Por isso o processo de democratização se mostra incompleto, porque preserva momentos de retrocesso.

¹⁰ [...] Quando estou me dirigindo aos outros ou os outros estão se dirigindo a mim com base na afirmação de que nós compartilhamos de algum(s) aspecto(s) relevante(s), estamos utilizando a voz horizontal. (O'DONNELL, 1986, p. 101).

preparado para votar, ou não está pronto para a democracia” foram popularizadas e assimiladas por diferentes setores sociais. O'Donnell caracterizou o sistema repressivo dos Estados burocráticos autoritário como uma situação sem regras claras daquilo que é passível ou não de punição, somente uma regra geral define os limites: As pessoas poderiam dirigir-se ao governante, mas nunca aos súditos com uma condição compartilhada. (O'DONNELL, 1986, p.105).

No Brasil o Golpe de 1964 esteve associado à estabilidade, desenvolvimento da economia e a uma aparente “paz social”, gerados tanto pela repressão dos contrários, como pela cooptação das classes beneficiadas economicamente. Mesmo aqueles setores que mais sofreram com a repressão nas mudanças de hábitos, na incapacidade de mostrar e divulgar projetos, no assassinato ou desaparecimento de familiares; tiveram muitas vezes posições de antagonismo ao regime, mas compartilhavam da ideia de que a democracia deveria esperar. Acreditavam que a abertura deveria ser “lenta e gradual” e que o mais importante era garantir uma transição pacífica. O que explicaria essa contradição?

A história da conquista dos direitos políticos e civis no Brasil se ligou basicamente ao processo de industrialização e aglutinação nas cidades de um grande número de trabalhadores. A participação do Estado nesse processo como organizador, diante do apelo de modernização capitalista, marcou e legitimou sua função na intermediação e garantia dos direitos trabalhistas entre classe detentora dos meios de produção e o proletariado. Esse patrimonialismo não foi rompido na relação classe e estado, levando para a cidade um estilo de participação dependente do estado, como uma aparente contribuição através do voto. (CARDOSO, 1975, P. 157). O'Donnell buscou respostas em suas entrevistas e nas contradições apontadas entre o período de maior repressão e de redemocratização, durante as décadas de sessenta e setenta. Em momentos de maior repressão as pessoas eram levadas a um grande instinto de preservação e de auto-estima; e num segundo momento (as mesmas pessoas), em períodos menos repressivos, a revolta. Não era passividade, mas mecanismo de defesa. (O'DONNELL, 1986, p. 117).

Na questão sobre a posição das classes médias diante da repressão e dos grupos que atuavam a partir da necessidade do retorno à democracia, permitiu-se constatar que a conformidade diante da situação não demonstrava falta de consciência política. Ao contrário, a visão que a sociedade urbana dos setores médios tinha em relação ao momento histórico era clara e estrutural. A classe média mesmo perdendo direitos políticos e civis era aquela que mais se sentia ameaçada antes do Golpe de 1964. Propostas de reforma agrária, agitação nas universidades, projeto socialista de intervenção do Estado, entraram em contradição com os benefícios de consumo e todo o conjunto de valores, ligados ao padrão internacional, divulgados e assimilados com o processo industrial. A segurança, como proposta básica divulgada intensamente durante os regimes militares, foi percebida naquele

momento como fator mais importante que a participação e liberdade de expressão, para muitos setores da classe média urbana que acreditavam estarem vivendo uma situação transitória.

A forma mais radical de oposição aos governos autoritários eram as organizações desvinculadas dos sindicatos e do Estado que foram se multiplicando, tendo nas ligas camponesas uma expressão política mais agressiva. Na medida em que essas foram atingindo em menor ou maior grau a sociedade civil, acabaram por definir a ruptura do próprio sistema político do “Estado de Compromisso”. Essas organizações alcançaram à forma mais autônoma de pensar seus próprios problemas, e mais do que isso, de contextualizá-los na realidade industrial e capitalista. Uma possibilidade de vínculo dos grupos ligados à base social com o Estado teve sua manifestação mais clara antes do Golpe, conforme publicamente se apresenta no comício de João Goulart, na Central do Brasil em 13 de março de 1964, deixava fora da prioridade nacional os interesses do capital internacional.

Impossível hoje é medir na totalidade as consequências sociais e políticas do rompimento democrático, a partir do Golpe Militar de 1964. A construção do autoritarismo, nas relações e nas instituições, se reveste de uma falsa “luta pela unidade” (divulgada por patriotismo) em busca de um progresso muito pontual ligado ao desenvolvimento econômico.

A democracia dificilmente é respeitada como processo coletivo, fruto de aspirações comuns. Em nome da democracia se fragiliza constantemente a Constituição Federal. Em nome da democracia, se investe em políticas públicas momentâneas de auxílio e não de direito. Em nome da democracia se desconsidera a responsabilidade administrativa, quando a repressão encobre a corrupção. Porém, em nome do verdadeiro sentido de democracia também são formados espaços de discussão, núcleos de apoio de luta por tudo aquilo que uma nação se define: Canais de expressão, de renovação, de educação para a transformação e de espaço e condições para todos que são diariamente jogados na marginalidade da linha de cidadania. Viver então que tipo de democracia? O tempo não apaga ideias, projetos e experiências de luta. As pessoas escolhem suas prioridades, precisam, formam e fortalecem as instituições, representam e são representadas na sociedade, definindo sua capacidade de organização. Nesse processo não falta interação, falta à busca de identificação. Não uma identificação vertical, como se a solução para os problemas da sociedade brasileira partisse de uma categoria superior, que muitas vezes é incapaz de medir possibilidades, capacidades, angústias e carências. Falta a identificação horizontal, aquela de reconhecimento, de partilha e de fortalecimento. O tipo de relação que não limita os pensamentos e a expressão, que entende em conjunto que a realidade

concreta é construída e definida pelo trabalho e pela convivência diária de todos aqueles que buscam o bem comum.

O que se torna possível é valorizar tudo o que a sociedade já tinha alcançado, antes da ruptura de 1964, aqueles projetos que não morreram com seus idealizadores, na capacidade social de pensar sobre si mesma, e que hoje tentamos resgatar.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BOBBIO, Norberto; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da Política a história que vivi*. 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. 2. ed, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COLLIER, David (Org.). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- FICO, Carlos. *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. In: Revista Brasileira de História. 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990.
- HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria . *História do Brasil recente: 1964 – 1992*. São Paulo: Ática, 2006.
- O'DONNELL Guillermo. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.
- O'DONNELL Guillermo. *Análise do Autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*, 4ª ed, São Paulo: Ática, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e Morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- TAVARES, José Antônio Giusti . *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 2ª ed, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.